



MÓDULO
ARQUIVOS,
ORGANIZAÇÃO
E PESQUISA

MÓDULO 2 | ARQUIVOS, ORGANIZAÇÃO E PESQUISA



MARIA
APARECIDA
MOURA

Agradecer, já agradei. Mas quero agradecer novamente. Fiquei na preparação tentando imaginar qual caminho fazer, que pudesse ser bacana para o grupo, que não fosse uma aula muito ligada à questão da organização da informação, mas que fizesse sentido para o grupo. O que eu tentei fazer foi linkar com projetos recentes que eu tenha participado ou projetos de outras pessoas que acho bacana.

Quando a gente está falando da organização da informação, acho que é legal abrir a compreensão o máximo possível. Quando falamos sobre a organização da informação em geral, estamos acionando elementos materiais, elementos técnicos, elementos sócio-históricos, e acionamos coisas que não foram lidas como informação, como dados e memória. O trabalho que vocês estão fazendo, e o trabalho que fazemos, vai restituir ou recolocar esses objetos nos lugares de memória. Ao falar aqui, obviamente abordarei alguns aspectos técnicos, mas a ideia é que essa técnica, essa tecnologia, possa ser útil pra gente acionar, produzir e criar esses espaços de memória. A ideia é que fale um pouco de mim: eu sou a primeira da minha família a entrar para a Universidade.

Eu sou uma mulher preta. Atualmente, eu sou Professora Titular da UFMG, sou a primeira Professora Titular negra dessa Universidade, e também, essa coisa do “primeiro” não me agrada, mas eu acho que é importante me posicionar. Sou a primeira Professora negra da Escola de Ciência da Informação onde atuo. Nessa área de organização da informação, a experiência que me traz para a Universidade para trabalhar nessa cadeira, com esse tema, é uma experiência vivida com os movimentos sociais. Eu fui profissional de um centro de documentação popular chamado GETEC, aqui em Belo Horizonte, Minas Gerais. E qual era o papel desses centros de documentação? Era documentar os movimentos sociais enquanto aconteciam, documentar e apoiar a ação dos movimentos sociais de maneira que, na dinâmica da luta, pudessem ter os materiais e as informações que necessitavam. Isso implicou que a minha formação fosse entrecortada por essas necessidades, essas formações e esses cursos que a gente foi fazendo para resolver aquela situação imediata. Entrei para o GETEC grávida da Ana. A Ana é cria desses movimentos, desse centro... Ela ia comigo num balaio de Taquara, ficava lá do lado da minha mesa, aí os militantes iam lá buscar um vídeo ou entregar um jornalzinho e a Ana estava ali. Um brincava, outro brincava... Acho que ela é dos movimentos

sociais desde a barriga mesmo, e mais especificamente, desde o tempo do GETEC.

Isso são os anos de 1980 - 1986 mais precisamente. Quando a Ana nasceu, eu fui para esse centro de documentação, onde eu aprendi efetivamente a transformar esses elementos do cotidiano dos movimentos sociais e da militância, do ativismo sócio-político, e transformar isso em outras coisas, já que o vídeo era mais ou menos um luxo. Trabalhávamos com a produção que a gente chamava de audiovisual. O que era esse audiovisual? Era uma fitinha K7 e um conjunto de slides. Fazíamos um texto que sincronizava com a história que íamos contando. Nos anos 80, esse tipo de material era muito útil, porque servia como meio de articulação de um grande tema, por exemplo, a luta pelo transporte coletivo e a luta pela educação. Trabalhávamos muito com essa atividade de lidar com as informações que eram colhidas no âmbito do próprio movimento, no âmbito da própria comunidade. A gente ressignificava essas informações coletadas e trabalhava com a produção de um material que pudesse dar apoio, ou servir mesmo como material pedagógico para nortear a luta dos movimentos sociais. A minha experiência primeira começa aí. Feito isso, o caminho mais natural para mim era a Biblioteconomia, pois é a minha formação de base. Na sequência, fui para a Educação no Mestrado, e o Doutorado fiz na Comunicação e Semiótica.

Todas essas coisas que fiz como formação serviram, e continuam servindo, para produzirmos narrativas, ou contranarrativas, e narrativas desde dentro. É essa a perspectiva com a qual a gente trabalha.

PARTE 1 | AULA

Eu convido vocês a olharem para os seus projetos específicos e tentar ver como se articulam essas coisas. Trouxe também alguns exemplos de trabalhos recentes que fizemos, trabalhos que tem uma fisicalidade - hoje em dia, depois de quase dois anos de pandemia, tá um pouco complicado a gente falar assim.

A proposta aqui é mostrar o que dá para fazer nesses espaços, nesses ambientes físicos. Os espaços físicos continuam sendo muito importantes e necessários. Também conseguimos estabelecer essas produções de maneira que possam ser úteis na consolidação de um livro, de um projeto audiovisual, ou de uma exposição, e inclusive, esse é o caminho que vou seguir.

Vamos falar um pouco dessa técnica, como, de algum modo, intervém nos nossos trabalhos. Existem alguns aspectos que eu acho sempre importante da gente que está nesse contexto digital destacar, mas também é fato que estamos vinculados a espaços materiais e que essa materialidade precisa ser reconhecida, pois, por vezes, essa materialidade não foi reconhecida socialmente também.

O primeiro aspecto que eu gostaria de chamar atenção é quando a gente está falando de documentos. Falamos muito de documentos, de dados, de informação. E precisamos entender a onipresença desses elementos na vida da gente, entender com precisão o que o documento é, que é um dos aspectos que eu quero abordar com vocês.

Feito isso, e até pensando nas transformações que o documento vem passando, vamos pensar nesses documentos que a gente está transacionando, produzindo ou dando legitimidade, relevância, a esses objetos que são produzidos por nós, que integram a nossa vida. Não estou pensando só em documentos escritos, nem fotográficos, mas também em um conjunto de informações que estão dispersas por aí e a gente transforma num documento, numa exposição. Produzimos o reconhecimento e a legibilidade de documentos.

Um aspecto que é importante a gente chamar a atenção é o fato de que a documentação digital aumentou vertiginosamente, principalmente nesse período pandêmico. Estamos vivendo esse momento de intensa presença desses documentos. Não dá pra pensar hoje em um projeto de memória que não levemos em consideração o fato de que alguma mediação digital deverá ser realizada para que esse projeto tenha uma circulação maior, então acho que essa é uma questão importante.

Acho que é muito importante para vocês que estão fazendo alguns projetos experimentais e outros projetos que estão dentro de uma ordem mais geral. Para vocês que estão trabalhando com a perspectiva de fazer um projeto, às vezes

temos muito essa ideia: “Ah, é um projetinho”. Acredito que é muito importante a gente ter essa ideia. Eu falo com os meus alunos, com o pessoal com quem eu trabalho, que são os “projetos valendo”, ou seja, todo projeto nosso e que nós que estamos em posições de liderança ou posições estratégicas, vamos dizer assim.

Não dá para imaginar que estamos experimentando fazer o que ainda estejamos experimentando fazer. Na medida em que a gente está desenvolvendo esses projetos, é legal pensarmos qual o público que queremos atingir, qual é a longevidade imaginada que esse projeto pode ter.

É muito importante que a gente não perca de vista uma certa historicidade desse objeto e dado que estamos produzindo, porque de uma forma ou outra, é a melhor coisa que conseguimos fazer hoje. Isso é para a gente poder verticalizar o máximo possível num gesto criativo realizado, no sentido de que possamos, a partir do trabalho desenvolvido, deixar boas esperas para quem irá dar continuidade a esse trabalho no futuro.

Atualmente, eu estou na diretoria da Universidade dos Direitos Humanos (UDH), que é uma diretoria na UFMG. Nós pedimos a alguns alunos do segundo período para produzirem uns vídeos sobre direitos humanos, é um trabalho de disciplina deles, mas eu falei: ***“gente esse projeto se chama Projeto Valendo. Valendo significa que a gente vai fazer uma pesquisa tão densa quanto a gente puder, que vamos organizar as informações com tal qualidade como pudermos fazer nesse momento”***.

A ideia também é de uma certa continuidade entre as informações. Isso acontece atualmente, no contexto digital, quer dizer, a possibilidade da gente disponibilizar aquele material online e ir melhorando isso. Melhorar significa ir dialogando com esse material, de maneira que vai ganhando a forma final. No sentido de que a gente vai ajustando. Acredito que trabalho bom é trabalho feito, no sentido de o colocarmos na roda, e o fato dele estar na roda, ganha essa crítica.

Quando eu falo de organizar informação, quero dizer que a organização é uma narrativa. Por que a organização da informação é uma narrativa? Se vocês fecharem os olhos e tentarem pensar, a primeira vez que vocês foram a um museu, a primeira vez que vocês foram a uma biblioteca pública ou privada, a primeira vez que vocês foram a um arquivo, a primeira vez que vocês foram em uma exposição, num espaço assim, num museu qualquer. Tudo ali era uma narrativa produzida por alguém. E essa narrativa partiu da disposição e disponibilidade de informação que foi previamente organizada ou especialmente organizada para aquele momento. Acho que é muito importante a gente não perder de vista isso, porque o que nós fizemos, o que vocês fizeram, o que nós fizemos, tem a ver com isso: a primeira vez de alguém. O que vocês vão

disponibilizar como informação, como dados, as narrativas que vocês serão capazes de fazer. E se virar um livro na biblioteca, se virar um vídeo no YouTube, se virar uma exposição, tudo isso vai encontrar alguém que está experimentando pela primeira vez.

É muito importante a gente não perder de vista isso: como esse arranjo de informações que a gente faz é capaz de intervir no sentido, ou no sentido primeiro que a pessoa dará para um determinado ambiente de informação. Outra questão que eu já falei é dessa mudança no aspecto material da informação. Hoje em dia a gente pode falar que tudo é informação, assim como quem é da área de semiótica vai falar que tudo é signo. Isso é muito importante, porque a gente não cria hierarquias em relação a essas informações e esses conhecimentos que a gente é capaz de produzir. O que vai acontecer nesse tempo é a mudança no aspecto material. Conforme já vimos, é no tratamento cognitivo que é dado a essas informações na percepção, nos modos como os sujeitos vão interagir e também no próprio uso das várias funcionalidades que esse material terá.

Não temos domínio sobre os caminhos e descaminhos das informações que produzimos e dos documentos que geramos... O documento, esse objeto entrelaçado por ferramentas, saberes e estatutos. Não é mais possível circunscrever as interações digitais que temos hoje, pois nossa vida está completamente atravessada, entrelaçada nesse tecido dinâmico e digital.

O que a gente vai perceber é a partir das alterações que vão acontecer nessa materialidade textual. Também, por outro lado, vai dar início a um apagamento dos critérios que usávamos, por exemplo, para distinguir, hierarquizar e classificar os discursos que são disseminados. É por isso que iniciativas como essa que vocês estão vivendo agora são fundamentais, porque a gente quer reposicionar, por assim dizer, esses mesmos caminhos e descaminhos que a informação vai tendo. É muito importante também criar repertórios de leitura para essas informações, para esses novos repertórios que pretendemos produzir. A informação é uma abstração e o conhecimento vai depender muito da natureza de cada um dos projetos que vocês estão desenvolvendo para sabermos em que ponto estamos.

A linha é muito tênue, sobretudo hoje, entre esses atravessamentos digitais que nós temos vivido. Até uma pesquisadora vai falar que a informação é abstração. Os documentos onde a gente materializa essas informações, são expressos em algum meio, e esses meios são fundamentais para que a gente saiba usar e adotar técnicas, procedimentos e reflexões. Às vezes, produzimos determinadas coisas sem termos ideia do alcance, de até quando essas informações estarão em circulação. Estamos trabalhando com esses suportes de

mediação. O documento também é considerado. É ele que dá um estatuto, uma condição para a informação e o documento.

Esse signo materializado vai conter elementos capazes de acionar um conjunto de saberes e fazeres. Gosto muito desse conceito de informação. Uma colega minha da Universidade, que fala sobre o que é informação, afinal: ela vai dizer que é um substrato da vida social, isso é fundamental para a compreensão dos fenômenos, requerendo daquele que recebe a informação, submetê-la a um processo de análise de crítica e de reflexão para que, inserindo na historicidade dos processos sociais, possa ser incorporada como conhecimento, norteadando a ação.

Todos nós trabalhamos com informação, e não dá para dizer, hoje em dia, que nós não trabalhamos com a informação em maior ou menor grau. O nosso propósito é sempre esse, de auxiliar numa etapa de produção de conhecimento, exercício de direitos, de nortear, de mapeamento, de ação, da ação profissional, de elementos culturais educacionais. Quando falamos de informação, muita coisa se torna informação, então é só para a gente entender essa fluidez, que é a própria noção de informação. A informação e o conhecimento estão associados. Uma outra coisa que eu considero interessante falar é que essas informações que produzimos, manipulamos, que potencializamos, vão constituir o que a gente chama de "cenário semiótico".

O que seria um cenário semiótico? Seria um ambiente propício para a produção de sentido, seria o ambiente que é mediado por um conjunto de signos organizados a partir da nossa especificidade, o que estamos lidando naquele momento. Quando falamos de cenários semióticos em cada projeto de vocês, na medida em que ele tem como meta entrar em contato com públicos e entrar em contato com outros sujeitos que vão interagir e produzir sentido, e vão se emocionar, que vão à luta ou que vão produzir outras coisas a partir disso... Cada projeto que vocês estão desenvolvendo agora, cada biblioteca, cada ambiente desses que vocês pretendem tocar é, em certa medida, um cenário semiótico.

Esse cenário é uma estrutura genérica ou um modelo controlado, para especificação e modelagem de um produto de informação, que forma versões ou realizações concretas. O livro é uma estrutura genérica, assim como um filme e uma exposição.

Por que precisamos desse ambiente que criamos? Criamos, pensando assim, uma série de possibilidades de interação do sujeito com essas informações, e que essas informações façam sentido para diferentes coisas. Não dá para dizer que eu crio um cenário semiótico e que todo mundo vai partir do mesmo ponto e vai chegar no mesmo ponto. Por isso que a ideia de cenários na semiótica

é interessante: porque as pessoas têm múltiplas experiências em relação àquelas coisas que organizamos, e em função disso, vão se posicionar, e esse posicionamento também não é perene. O posicionamento do sujeito diante desses cenários semióticos vai ser amplo de tal modo que a cada momento, ou no crescimento desse sujeito, no amadurecimento dele, num contexto cada vez que ele interagir com esse cenário, sairá de lá fortalecido, mudado por algum conjunto de elementos que estão disponíveis. Esse cenário visa garantir o reconhecimento semiótico e a legitimação dos documentos no espaço e no tempo, isso envolve tipologias documentais e a especificação conceitual. O que quer dizer isso? Significa que é o nosso desafio aqui, nós, os fazedores de memória, de memória negra. O nosso principal desafio é promover a legibilidade e legitimidade para um acervo ou um repertório de conhecimento e informação que não foi repertoriado antes, e a gente dar a dignidade que essas informações necessitam. Então, esse é um desafio e é esse cenário. Nele, são utilizados documentos tradicionais e eletrônicos, e em produtos de informação dinâmica que produzimos hoje. A informação no momento é uma e daqui a pouco é outra, e então essa dinâmica também é algo que faz parte de quem lida com dados, informações e bibliotecas.

Ouvi dizer, hoje mais cedo, que tem gente que vai trabalhar com a intergeração e continuidade da Amazônia negra e vai discutir a questão do encarceramento. Tem vários projetos aqui e todos esses projetos vão se valer de uma certa dose de semiose que é pactuada na sociedade, mas a gente, em grande parte das vezes, quer alargar essa semiose. Achamos que é uma semiose, que é colonizada, uma semiose colonial, e queremos oferecer outros meios para que as pessoas consigam perceber outros elementos. Tem a ver com a própria significação de coisas já existentes, mas também tem relação com gostar ou mesmo incluir outros elementos que marquem essa experiência de produção de sentido. Dialoga com uma composição funcional, que é a explicitação de um pacto de leitura ou de formalização do projeto semiótico. Por isso, é importante: quando a gente está trabalhando com essas informações ou produzindo esses cenários possíveis, também estamos trabalhando. Assim, a gente gostaria que a partir daquele repertório e o modo como organizamos a história, que a experiência trouxesse certos elementos.

Obviamente, não vamos perder de vista as experiências que as pessoas já possuem. Vamos explicitar um pacto de leitura. É um jeito da gente, é um ponto de partida. Qual é a proposta? Qual é o pacto de leitura que está ali pressuposto? Qualquer instituição de informação lida com instrumentos técnicos e de algum modo vai privilegiar a hierarquização de determinados saberes. É essencial não perdemos de vista os limites da nossa ação, mas

também a gente não perder de vista como que essa ação, se não bem organizada, pode trazer prejuízos para a experiência de produção de sentido dos sujeitos com os quais interagimos. Vou passar um pouco dessas noções do que vem a ser documento.

Outra noção é que a informação é qualquer objeto produzido pela ação humana ou pela natureza, independente do formato ou suporte, e possui registro de informação. O documento vai sempre apresentar a forma e a função.

Por exemplo, o vestido que Ana - minha filha - usa, passa de mão em mão, na nossa família e assim ganha novos sentidos. Na medida em que a minha filha achou por bem guardar e manter esse objeto associado à história dela, que é a minha também, é uma forma de conexão que se estabelece. Para nós, isso é muito importante, porque aprendemos com as elites que nem tudo é informação e nem tudo é documento. Com isso, a gente torce o pepino aqui para poder potencializar as nossas coisas, as nossas memórias como passíveis de documentação e pelos materiais que a gente usa no cotidiano, no nosso dia a dia.

Talvez eu chame a atenção para o fato de que o documento é também uma construção multidisciplinar. É preciso que tenhamos que internalizar também essa ideia de que documento é quem está a chancelar, quem é que são os atores que devem dizer que isso é documento ou não. É como dizer que nós estamos numa disputa de narrativa e estamos também numa disputa de dispositivos que são capazes de perenizar, ou de fazer circular as nossas histórias.

Talvez um conceito próximo ao de documento, é um conceito amplo que é bastante caro para nós dos movimentos sociais: a própria noção de dispositivo. Esse é um conceito que o Agamben e Foucault vão utilizar, quase que dando uma abertura para essa noção para a gente poder incorporar um conjunto de coisas que não necessariamente estavam aí. É um conceito parceiro da ideia de documento, que a gente poderia incorporar, que é a noção de dispositivo. Foucault vai dizer que o dispositivo é um conjunto de estratégias, de relações, de força, apoiadas por certos tipos de conhecimento e um conjunto heterogêneo, que vai incluir qualquer coisa: linguística e não linguística sob o mesmo título, discursos em instituições, edifícios, leis, medidas policiais, proposições filosóficas e o próprio aparelho à rede em que estão estabelecidos esses elementos. Assim que a gente ganha de "presente", vamos dizer assim, uma noção, é que implode qualquer tentativa de se sequenciar, de segmentar os documentos. Exatamente porque ele coloca lá: discurso, instituição, edifício, para a gente entender que todos esses elementos são passíveis de tratamento, são passíveis de organização e são disputados.

Hoje em dia temos vivido essa experiência de questionamento dos monumentos nas cidades, os nomes de rua, das cidades. Faz parte dessa compreensão que o dispositivo engendra poder, e também uma noção de racionalidade, por exemplo. É importante que a gente consiga ter uma compreensão mais ampliada disso, que consigamos utilizar a noção, mas também que a gente consiga trabalhar as nossas propostas criativas nesse registro de conexão, do questionamento desses lugares. Essas noções não são pacificadas e ainda que essa ideia de dispositivo seja uma promessa, no sentido de que a gente possa incluir um conjunto de coisas da nossa realidade que não costumam estar aí. Outra coisa são os documentos eletrônicos, que é o que a gente tem manipulado bastante, sobretudo nesse período pandêmico. O que seria um documento eletrônico? O que tem de distintivo em relação a um documento dito material? É um conjunto orgânico composto por conteúdos, uma estrutura lógica e atributos de apresentação que permitem o acesso a uma rede de significados inteligíveis aos homens e legíveis por máquina, é isso que é um documento eletrônico.

É esse composto que permite essa mudança, essa inconstância do próprio documento, mas permite também, por estruturas específicas, que possamos ler esses materiais e produzir significados, produzir sentidos e aguçar sentidos. Chamo atenção também: a própria noção de documento eletrônico ou documento digital não é uma noção pacificada. Nós vivemos nos últimos 30 anos uma revolução muito intensa na forma de utilizar esses documentos, e a gente passou de uma etapa em que digitalizávamos os documentos à uma etapa que hoje os dispositivos que possuímos produzem informações sobre o ambiente.

Nesse primeiro estágio de conversão eletrônica, era estabelecido um conjunto de metadados que apontavam para o acesso a um determinado documento. Fazíamos nas bibliotecas uma representação desse documento e aí apontava para um endereço físico, ou por um endereço físico onde eu vou buscar o objeto, ou por um espaço onde aquela informação estava contida.

Depois, a gente tem um segundo estágio que é de construção de ontologias tecnológicas para reconstruir esses textos e documentos. Então vai colocar em evidência o acesso personalizado ao significado, e esse foi um momento intenso de explosão dos blogs, dos sites pessoais, ainda presente hoje. Se a gente for pensar nessa explosão das redes sociais, que vão materializar ou vão personificar partes da nossa *selfie*, penso que obviamente não vamos revelar quem de fato nós somos, mas têm a potência de intermediar partes da nossa identidade ou o modo como a gente pretende ser identificado. E um terceiro estágio, que é o de produção e difusão social desse documento de uma forma mais ampliada.

Eu acho que cabe lembrar que estamos vivendo essa experiência hoje chamada de Internet das Coisas. É a internet das coisas que traz as novidades e se autonomiza do sujeito da informação. O *smartphone* é capaz, dependendo do modo como se ajusta, de interagir com o ambiente social, com o ambiente georreferenciado e ganhar uma certa autonomia em relação a mim. Sendo assim, o próprio dispositivo começará a dispor de informações sobre mim e à minha revelia.

Essa informação vai sendo fornecida sobre nós, então de vez em quando a gente fica meio assustada. A gente entra na internet e no Facebook, por exemplo, e fala assim "porque é que você colocou fotos lá dos lugares que você foi", ou "Cida Moura esteve no lugar tal no dia tal a hora tal", a gente fica um pouco assustada devido às camadas de informação que esses documentos eletrônicos, ou essa forma digital de articular informações, têm. Não sei se é a que mais interessa, mas é algo que nos atravessa e não tem como a gente pensar em memória sem saber também da existência dessa camada de memória que às vezes acontece à nossa revelia.

Vou passar essas versões do que é documento como meio e vou chegar aqui numa outra parte. Talvez volte no documento como signo. Qual seria a definição do documento como signo? Documento como signo é um documento eletrônico, um texto cujos elementos podem ser analisados por um sistema de conhecimento, tendo em vista a sua exploração por um leitor competente. Então quando a gente fala de leitor competente, não falamos de uma competência escolar. É uma competência que é construída no âmbito de uma comunidade, por exemplo, hoje em dia a gente está gerando esse tipo de documento.

A gente gera documentos que são pactuados dentro de uma comunidade quilombola, por exemplo, estamos tendo a possibilidade de dispor hoje nos ambientes digitais, e aí precisamos saber como lidar com essas camadas de significação que vamos produzindo e vai enfim gerando outra coisa que precisamos também discutir. Se falamos de informação, de conhecimento, de documento, a gente também fala de classificação, já que categorizamos essas informações e as categorias em ações às mais diferentes possíveis.

Quando a gente começa a frequentar uma biblioteca, por exemplo, começamos a buscar informações. Às vezes eu vou buscar uma informação e do lado daquele livro que eu fui buscar, tem um outro livro muito mais interessante e muita gente acha que é obra do Divino Espírito Santo. Mas aquilo é classificação, que é uma forma ou um repertório ou um modo de abordar um conjunto de conhecimentos. Até aí, nada de ruim. O que a gente quer imaginar, nesse caso, é que nós estamos lidando com essas informações e muita gente imagina que aquilo é imutável em relação a esses sistemas, essas formas de

organização da informação. No entanto, acontece que essas classificações nunca foram construídas em isolamento, são construídas, e dentro de um valor, e essas classificações que hoje são utilizadas nas bibliotecas nos centros de informação de documentação, são informações que foram produzidas dentro de um valor colonial, de uma perspectiva de colonialidade do saber.

Para vocês que estão acompanhando essa discussão sobre colonialidade do saber, vemos que aí que tem o poder do ser e do ver, e os sistemas de classificação dos espaços de conhecimento fazem uma proposta, funcionam em certa medida com um repertório, um cenário semiótico. Por isso que eu coloco que as classificações nunca são construídas em isolamento, estas são formadas por processos sociais. O que a gente vem falando é o sistema de organização que nós vivemos hoje no século XX, que usamos, o Google, a Wikipédia, a internet e todos os outros. As classificações contemporâneas estão estruturadas em uma perspectiva de monitoramento das nossas práticas informacionais, na medida em que há um monitoramento das nossas práticas informacionais para gerar os esquemas classificatórios atuais.

Tem uma Pesquisadora, Safiya Umoja Noble (2018)¹, que produziu um livro chamado *Algoritmos da Opressão* (2021), em que ela vai provar que as formas de se referir, por exemplo, à mulher negra ou homem negro em relação a outros sujeitos no ambiente digital tem viés. Ela mostra neste livro os vieses que existem no processo de circulação da informação, e conseqüentemente nas formas de categorizar isso tudo, para chamar a atenção da gente e para o modo como as informações são ofertadas hoje, que são fruto de uma perspectiva de economia da atenção, mas também são frutos de um desejo mercadológico.

Certamente vocês acessam Spotify e Netflix. Esses sistemas de informação que a gente usa hoje estão cada vez mais interconectados de modo a oferecer, a criar e a produzir um imaginário. É importante que saibamos que essas formas como vamos deixando a nossa traçabilidade na rede vai permitir que essas informações sejam colecionadas e interpretadas, que nos oferece informações; informações dentro de um percurso que não é necessariamente aquele que a gente gostaria, e qual é o problema? É que os saberes tradicionais, os saberes populares, não necessariamente estão aí ou se estão, estão de uma forma, por vezes, autoritária, vamos dizer. É por isso que essas oportunidades de curso que vocês estão fazendo, é a oportunidade da gente dar alguns passos para trás para percebermos o que estamos vivendo, o que a gente está experimentando.

1 NOBLE, Safiya Umoja. *Algorithms of oppression: how search engines reinforce racism*. New York: New York University Press, 2018.

O que acontece hoje conosco, e até o final da década de 1990, é que essas informações eram altamente especializadas e a presença do sujeito informacional, que não era profissional do ramo, era muito desencorajada. Assim, a camada de mediação do acesso à informação era muito forte, e hoje em dia temos as nossas atividades profissionais.

Temos mais condição de colocar em evidência ou de propor outros percursos possíveis em relação à questão da informação. Quando eu vou analisar um documento já existente ou produzir um documento, algumas questões vão me colocar para pensar sobre o mundo institucional no qual vai evoluir os processos de produção, comunicação interpretação e utilização desse documento. Nem sempre a gente tem oportunidade de parar para pensar na dinâmica de como que isso se realiza. Outra questão é o interesse e a necessidade de interpretar esse documento, como é que será isso?, que chaves de leitura as pessoas terão, em que ambiente essas coisas ocorreram? Um outro elemento é o próprio monitoramento das condições de produção e interpretação deste documento. Até bem pouco tempo atrás, a gente imaginava que as pessoas que apareciam na nossa timeline eram obra do Divino Espírito Santo, ficávamos megafelizes porque apareceu aquela música que gostamos tanto, assim como o filme e por aí vai.

Hoje em dia, a gente está um pouco mais cabreiros em relação a isso, até por conta dos movimentos sociais chamando a atenção para esse monitoramento e essa espécie de adestramento informacional que a gente vai vivendo, e a nossa atividade aqui é uma atividade que deseja romper com isso.

Por que se caminha na direção que está com pouquíssima possibilidade da gente colocar em circulação outras narrativas, outros discursos, outras agendas, outras corporeidades? Outra questão que vai estar presente: as competências para produzir e interpretar esse documento, que é o que estamos discutindo um pouco aqui, que nós todos estamos sendo encorajados a saber, que a gente está percebendo necessidades, carências de certas informações que precisam ser disponibilizadas. Cida Santana falava no início sobre a questão das mulheres no samba. Aí quando você fala, vamos nos conectando. Tem uma pesquisadora e cantora em Minas Gerais, a Elzelina Dóris dos Santos, que faz um trabalho parecido, que já era a oportunidade de estabelecer a conexão entre elas, enfim. É disso que a gente está falando. E é nesse emaranhado de regularidades do nosso gesto, como é que a gente quebra, como é que a gente rompe e por que é importante romper. E um pouco dizer que a gente está tentando aqui expor.

Então chegamos numa parte que é importante que saibamos: quando eu falo organizar a informação, em organizar documentos, o que significa isso? Por que eu organizo informação? Para que serve? É nesse contexto de

transformação social, ou de oferta de memórias, e de ampliação de repertório, disputa de narrativa, o que é *organizar*? Então, eu digo assim, que a organização da informação é por si só uma narrativa, porque é o jeito que eu organizo, eu também crio possibilidades ou torno rarefeito outras possibilidades. Quando eu estou organizando informação, lido com contextualização, descrição, categorização, atribuição, endereçamento e conexão. É isso que envolve a organização da informação: contextualização. Por quê? Vão pensar que organizar informação não é só colocar a coisa na gaveta certa para organizar; é também articular discursos e tornar próximos determinados objetos para permitir que as pessoas produzam certos sentidos. Fazer um roteiro de filme é organizar informação, é como fazer uma playlist para uma festa. Organizar informação, fazer uma playlist e uma lista de filmes é organizar informação. Depende do lugar de partida e do lugar de chegada, mas ainda assim, eu estou no emaranhado de coisas que existem, pois proponho um percurso de conhecimento, um percurso cultural. Mas é isso.

Quando eu falo que eu preciso contextualizar o objeto, o documento, se ele existe, eu vou contextualizar. Então, se eu estou com um documento em mãos, existe outro, ele integra uma série, e existem outros documentos que poderiam estar associados para produzir uma narrativa ou não. Portanto, eu vou contextualizar em relação a isso no tempo, no espaço e na história da instituição. Logo, eu vou precisar fazer esse tipo de atividade. Depois, tem uma outra parte que é a de descrever, sendo que estou descrevendo um objeto em relação a vários existentes, então eu vou descrevê-lo, quando eu descrevo, dou as características gerais desse objeto, e evidencio aspectos que são observáveis e avaliadores naquele objeto. Também vou além disso, eu tenho uma outra parte que é talvez a que mais aparece quando a gente fala de organização da informação, que é a parte de categorização, classificação e indexação. É quando eu crio nichos de inteligibilidade ou de caminhos de leitura em agregações possíveis; vou falar disso em relação ao tempo. É importante a gente saber e ter sempre em vista repertórios possíveis, e repertórios que são, assim, ignorados e que precisam ficar em evidência.

O que a gente vai perceber é que o trabalho de vocês passa por um caminho de organização da informação. Por quê? Porque vocês estão lançando. Vamos assim, lançando o olhar, organizando o olhar das pessoas na direção de coisas que por vezes são ignoradas porque elas ignoram mesmo, não sabiam ser ignoradas porque foram um dia assim, foram conduzidas a essa ignorância. O que vamos fazer com a organização da informação é criar novas possibilidades de leitura e novos percursos de leitura.

Falamos também de um negócio muito importante: a propriedade da informação. A atribuição de propriedade intelectual. Por vezes, atribuímos a todos menos à comunidade de referência. Aí, o dono é o pesquisador, o cineasta, o fotógrafo. Quando estamos organizando informação, tá falando também de atribuição. De quem é a autoria intelectual desse material, pois o proprietário é quem tem o direito sobre essa informação. E depois a gente tem uma parte que é mais formal, que é o endereçamento, onde essa informação está, ou mesmo essas informações que vocês vão produzir, e onde vai ficar.

Esse endereçamento é importante também no processo de organização da informação. Agora, uma outra coisa que é imprescindível também, é que a gente começa pela contextualização e termina pela conexão: eu descrevi esse objeto ou eu produzi esse objeto, logo, eu preciso colocá-lo no mundo em conexão com outros, até para que, nesse sentido, possa acontecer na direção dos propósitos.

Estou dizendo que todo o sentido que eu construo é nobre, mas o que a gente tem que saber é sobre qualquer regularidade das formas de encaminhamento disso, para que eu consiga produzir e propor conexões pouco comuns ou pouco habituais ou pouco regulares. Então, o trabalho de vocês, cada um que aqui está, é olhar para um fenômeno, para uma comunidade, para um tema e está falando a quando vocês contextualizam, vocês conectam, estão permitindo que outra gente saia desse mar de mesmice e a gente está se posicionando para organizar isso também, e posicionar esse objeto em relação a tudo o que está disputando a nossa atenção no mundo. Eu vou fazer conexão entre objetos, entre eventos, entre tempos, entre temas, entre temporalidades, entre tipologia material e entre autores também. Quando eu estou falando assim: "ah, eu estou discutindo sobre "Matripotência".

Tem essa pessoa que não foi lida como o matripotência, mas seria muito interessante a gente trabalhar com ela aqui. Isso tudo para dizer pra vocês que nada está dado, embora existam metodologias que são regulares. A gente precisa criar metodologias que se tornem regulares e justificadas no âmbito da nossa luta.

Uma questão que é muito importante chamarmos a atenção é a parte da atribuição. Recentemente, eu li umas autoras que trabalham com comunidades indígenas e elas estavam chamando a atenção para esse processo de atribuição, esses processos de atribuição de autoria, ou de propriedade intelectual, vão obedecer a um mecanismo de possessão e apagamento, que vai conferir autoridade a outros sujeitos na cadeia de produção do conhecimento. Isso que vocês fazem agora, que nós fazemos, que eu faço há muito tempo, tem a ver com essa ideia de que a gente está lutando para que outros, para que outros possuidores, para que outras comunidades de referência, possam ser

lembradas no âmbito da atribuição desse conhecimento produzido. Então, essas autoras vão dizer que parte do paradigma de propriedade colonial se estende à produção e à circulação do conhecimento autóctone ou com os saberes tradicionais, vamos dizer assim, através de mecanismos de posse alheios aos verdadeiros proprietários e signatários desses saberes. E isso acontece com a gente, através de sofisticadas ou racializadas técnicas de posse.

Sabemos muitas informações sobre o candomblé no Brasil. A gente tem várias. No entanto, isso está disponível no livro de Pierre Verger. Quem era Pierre Verger, sabe? Então, é um pouco disso de como é que esses sujeitos vão estar posicionados de tal maneira que eles serão privilegiados, que eram privilegiados, que continuarão sendo, por que a gente vai falar de um conhecimento que é nosso, mas a gente vai ter que referir a eles, segundo fulano, porque é que "entre aspas", repertoriou e patenteou de algum modo aquele saber. Isso acontece também por conta de hierarquias nas práticas documentais. Estou dizendo como essa lógica colonial perpassa o processo documental e essas lógicas documentais vão sendo feitas para poder produzir esse apagamento. Esse é o apagamento de certos temas, mas também o apagamento dos verdadeiros possuidores desse conhecimento.

Essa atribuição vai carregar uma lógica autoral colonial e incorporar essa ideia de conhecimento como propriedade, que é uma coisa que a gente está lutando bravamente agora. Há nos processos de atribuição um rastro colonial de exploração contínuas. Em tais circunstâncias de atribuição, é fundamental estabelecer uma conexão metodológica entre os sujeitos e seus contextos, com as dinâmicas de organização e circulação do saber, que rompem com as narrativas de enquadramento e os mecanismos de apagamento. Porque isso já está dado nas normas técnicas, então a gente, de certo modo, tem que criar outras possibilidades, pactuar outras possibilidades que nos incorporem. As questões de atribuição vão envolver as necessidades de fazer uma revisão sistêmica em relação a esses procedimentos, e vai envolver a necessidade de pensarmos na soberania dos dados, porque o tempo inteiro, agora que tem uma lei de dados de proteção dos dados no Brasil, estamos navegando e nos informam "esse site armazena...". E eles vão criando cada vez mais dificuldades para que a gente possa navegar ali, ao nosso bel prazer, sem conceder a eles algum acesso, ou alguma primazia em relação aos nossos próprios dados. Isso é algo que precisamos pensar e refletir também nas nossas práticas profissionais, pensar na autodeterminação informativa e a possibilidade que eu tenho de determinar quem pode ter acesso, quem pode falar em meu nome e quem pode ter um uso exclusivo ou prioritário acerca das minhas informações.

Às vezes concedemos isso, e nós mesmos conseguimos reverter o quadro. E isso tudo entendendo que as técnicas não são neutras e nem seguras, então as técnicas são um arranjo, um arranjo de poder, e que vai privilegiar certas narrativas. É importante vermos mecanismos para pensar no enquadramento dessas narrativas, o quanto essas narrativas estão comprometidas e com o que elas estão comprometidas. Parar para refletir sobre os sistemas de exclusão e apagamento, e que formam narrativas de organização da informação elas vão privilegiar. Isso significa que o tempo inteiro deve presidir o nosso gesto criativo, o pensar no uso da narração nos mecanismos de curadoria dessa informação, como é que essa informação vai circular, e como é que será a atribuição de propriedade dessas informações também. E então, dito de outro modo, que seria essa atribuição colonial. Ela é parte do paradigma de propriedade que estende a produção e a circulação do conhecimento, que envolve mecanismos de posse intelectual alheia aos verdadeiros proprietários e esses proprietários ficam impossibilitados de se apropriar, de nomear e de atribuir.

Não basta a gente produzir, tem que produzir e garantir um processo de circulação e de apropriação que possa ser de mais franco acesso, que não tenha tantos embaraços para os sujeitos. Então esse *copyright*, que a gente, hoje em dia, vê muitas coisas sendo produzidos em cópias *copyleft*, mas o *copyright* replica esse modelo. Já falei das consequências sociais e políticas de longo prazo da má atribuição, a exclusão deliberada e a falha em atribuir apropriadamente que às vezes são mal percebidas. É possível afirmar que esses regimes de atribuição faz recrudescer e naturalizar as feições e os tentáculos do racismo estrutural e institucionaliza as práticas de posse dos saberes, porque eles vão se imiscuir e entrincheirar nas estruturas sociais, a partir dessas roupagens técnicas. Por isso, embora sendo uma profissional de áreas técnicas, o que eu estou chamando atenção é que essa técnica está sempre sob suspeição e essa técnica pode ser sempre transformada desde o seu interior.

É importante que a gente não tenha uma fé perceptiva tão grande nessa técnica, como algo que julgue nossas atividades. É importante a gente desconfiar delas. Isso tem a ver com o que a Sueli Carneiro já nos chama a atenção na tese dela de Doutorado, que é essa promoção de uma contínua indigência cultural intelectual, na medida em que as normas e os processos cognitivos vão se pautar pelo embranquecimento cultural e por valores dos racialmente hegemônicos. Então, reiterando, que a gente vai chamar junto com a Sueli de epistemicídio.

Trata-se de um dispositivo de poder disciplinar emergente, que a gente vai chamar de dispositivos de racialidade, que vai normalizar as assimetrias raciais. Esse mecanismo do epistemicídio tende a aniquilar o sujeito da experiência e

apropriar-se de sua narrativa e introduzir uma disputa pelo seu lugar de fala como garantia de conforto ontológico e de prerrogativa colonial. O principal desencaixe, o que acontece aí, e que eu tentei mostrar até aqui, é a tentativa de dissociação entre privilégio social e privilégio epistêmico, porque a gente está trabalhando na base quando estamos produzindo essas peças, esses percursos de conhecimento que cada um de vocês estão produzindo. O compromisso firmado nessa ilusão semiótica universalista é tornar improvável os liames entre as cadeias de privilégio, introduzir o conceito de mérito e assumir como plausível a ideia de que outros saberes e cosmologia não circulam em razão de não serem suficientemente potente para serem reiterados. Estamos trabalhando na engrenagem, mesmo que seja possível ou impossível esse tipo de narrativa, e na base disso está essa noção de epistemicídio e que outros autores darão outros nomes.

O Muniz Sodré vai chamar isso de *semiocídio*, e destaca que há, quando ele vai falar entre os colonizadores e seus descendentes, uma propensão à transcrição narcísica da afirmação de si, mesmo no pensamento do outro. Isso que ele vai chamar de semiocídio. Fiz um esqueminha pra gente lembrar: de um lado a gente tem as perspectivas de colonialidade que temos estudado, e mais recentemente, com bastante força, que é a colonialidade de poder, saber, ser e ver, e essa colonialidade tem como resultado o ecossistema semiocídio, autericídio, e eu colocaria também a necropolítica dentro dessas formas do exercício e, obviamente, associadas também ao biopoder e ao privilégio branco. Lembrando o que a gente está chamando de privilégio branco, eu uso o conceito da Mackintosh para poder falar disso. Ela fala que privilégio branco é uma mochila invisível e sem peso de disposições especiais, mapas, passaportes, livros, códigos, roupas, ferramentas, e cheques em branco - ela vai observar porque é branca.

O fato do meu grupo racial ter se tornado confiante, confortável e esquecido, fez com que outros grupos aparecessem sem confiança, sem conforto e alienados.

“A Branquitude me protegeu, a protegeu, de muitas hostilidades, angústias e violências que fui sutilmente treinado para infligir em resposta às pessoas racializadas.” Tudo isso que a gente falou vai desaguar nisso, vai desaguar no efeito, no efeito material ou no efeito semiótico em que esses elementos todos têm, exatamente porque esses rastros do privilégio branco, do conforto ontológico vão estar presentes nas narrativas, que é esse ambiente onde a gente está fazendo essa disputa. Vou falar dessa noção e queria parar para dar alguns exemplos de coisas que a gente anda fazendo na contracorrente disso, então, obviamente, estamos numa disputa pela descolonização ou anticolonização, enfim, seja lá o nome que cada um de vocês acharam por

bem aqui. Eu acho essa noção muito interessante. Fala que a colonização diz respeito aos processos intelectuais, políticos, econômicos, sociais e tecnológicos comprometidos com a análise dos efeitos sócio-históricos da colonização na configuração do mundo, no que se refere aos jogos de poder que incidem na cultura no trabalho e na produção de conhecimento bastante completo, que é o propósito dessa noção de descolonização com a qual esses autores trabalham, acho bastante interessante.

Vou contar para vocês um pouco das experiências que temos vivido aqui em Minas Gerais, que é essa experiência de tornar repertório biográfico ou bibliográfico - certas biografias, certas trajetórias. Aqui em Minas, na UFMG, nós tivemos a experiência de construir um projeto chamado saberes plurais. Esse projeto tinha por propósito repertoriar as trajetórias de vida dos sujeitos comuns. Nós escolhemos trabalhar com os mestres de ofício do Vale do Jequitinhonha. Quem são esses mestres? Os mestres de ofício do Jequitinhonha são pessoas que se tornaram reconhecidas por um ofício que possuem e nós trabalhamos com os Oficinas Artísticas, como o ceramista ou tamborzeiros. Esses artistas populares, gente que trabalha com muita qualidade nesse ofício, quisemos dar voz a essas trajetórias e, ao fazer isso, nós trabalhamos com a história de vida desses sujeitos, com entrevistas biográficas. Trabalhamos depoimentos de pessoas que trabalham com esses mestres ou que aprenderam com esses mestres. Trabalhamos também com a materialidade dos ambientes, dos ateliês populares que eles trabalham. Produzimos essa coleção chamada "Saberes plurais", em que produzimos um filme em DVD.

Quando fizemos, o DVD estava na moda e foi feita uma coleção e um pequeno livreto, que tem as pessoas apresentando o mestre em imagens, no caso que é uma mestra, ao lado do vale que se chama Lira Marques, que trabalha com escultura e pintura, atualmente faz trabalhos com pintura e pigmentos de terra.

Foi uma experiência muito boa, porque fomos nos lugares onde a gente interagiu com essas pessoas dentro das condições delas e provocamos o reconhecimento da própria comunidade, porque nem sempre esses mestres eram reconhecidos. Existiam fora das comunidades deles, mas lá ninguém nem sabia da existência ou nem achava que eles eram tão importantes. Para cada mestre que a gente trabalhou, trabalhamos com as suas famílias, mas também com o poder público local permitindo ou exigindo um certo reconhecimento. Íamos passar o filme no cinema da cidade e exigíamos que o Secretário de Educação e de Cultura estivesse presente, e eles ali tinham que fazer uma fala pública e, ao fazer essa fala, eles tinham que, de algum modo, estabelecer um compromisso, não com aquele mestre, mas com aquela comunidade e com as informações produzidas.

Nós fizemos essa coleção que foi muito bacana, porque nós tivemos condição de divulgar pelo Canal Universitário, aqui pudemos divulgar na TV Educativa, a Rede Minas. Tivemos condição de disponibilizar e trazer esses mestres para verem os seus filmes na tela grande. A gente fez uma mostra de uma semana com os trabalhos e com as trajetórias deles. E é isso tudo que a gente fez com os alunos da Graduação. Os nossos alunos trabalharam como cineastas, como fotógrafos, fazendo tratamento técnico. Estávamos o tempo inteiro fazendo as entrevistas, os alunos nos ajudavam, os estudantes ajudavam na produção desses roteiros, eram eles que, sob a nossa orientação, editavam esses materiais também.

Duas outras coisas que eu queria chamar a atenção, que foi a formação de quadros nas regiões. Oferecemos curso de digital *storytelling*, que é contar a história nos ambientes digitais, de modo que os próprios jovens da comunidade podiam dar continuidade ao registro dessas memórias, e na sequência achamos que era importante também fazer um livro com os nossos alunos, esse livro chama-se Sabença, está disponível online. Nesse livro, e cada aluno que participava do projeto entrevistou um artista e escreveu um capítulo como resultado da pesquisa e da entrevista. O foco não era mais os mestres, mas seus discípulos.

Eu acho muito bonito os textos, são super bacanas. É muito bom poder dizer, quando eu estou falando de organização da informação, e a organização vai desde à organização desses objetos até a traçabilidade que esse objeto terá para chegar nos espaços de conhecimento, desde uma exposição até um livro mesmo.

Querida mostrar aqui para vocês um outro, que não é um trabalho que eu fiz, mas é um trabalho que eu acho maravilhoso: “O que as folhas cantam”² é um trabalho que é de autoria da Mãe Stella de Oxóssi (1925 - 2018), uma pessoa da comunidade do Ilê Axé Opô Afonjá que é ligada às plantas. É aqui neste livro que vem um *ORIKI* de cada planta e à qual um orixá é associado, os cantos...

Eu acho esse livro maravilhoso e não tem como fazer isso se não for desde dentro, é isso que eu chamo de organização da informação, quer dizer, é algo que não existia, que era conhecimento corrente na comunidade e que para poder garantir a longevidade disso foi produzido esse material. Isso não inviabiliza o conhecimento existente na comunidade. Eu sei que hoje em dia existe lá e aqui, em Belo Horizonte também tem a construção dos Jardins Sagrados, onde as pessoas estão aprendendo a plantar as ervas ligadas ao sagrado e sabendo qual é, como

2 SANTOS, Maria Stella de Azevedo, PEIXOTO, Graziela Domini. O que as folhas cantam (para quem canta folha). Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI), 2014.

cuidar daquela planta, para qual e de qual orixá, e para quais males é aquela planta também.

A gente fez, na etapa inicial, um trabalho sobre um mestre e conseguimos fazer uma espécie de linha de tempo na família. Entrevistamos a avó, esse (apontando para o livro) é o trabalho da bisneta, que é dessa mesma família de artesãos. Chama Nicole. Ela deve ter agora 10 anos e faz o trabalho de cerâmica, imitando a mãe. Esse é um outro trabalho que eu acredito ser incrível. Essa menininha está acompanhando, vendo o tio, a mãe, a avó trabalhar e a bisavó, que faleceu há pouco tempo. É uma família que a gente conseguiu dar visibilidade para a produção deles, para o conhecimento deles .

Quando a gente fala de organizar a informação, não é tentar tecnicamente falar, mas mergulhar nessas narrativas e tentar compreender porque falamos; saímos modificados por essas formas de trabalhar. É um trabalho de um outro artista que eu acho muito importante que a gente traga para a cena. Porque se não há essa perspectiva de organização da informação, não conseguimos organizar o que é que as pessoas estarão consumindo no futuro. Nós somos produtores de memória. Que memórias queremos disseminar no futuro?

Temos o livro sobre a trajetória da Makota Valdina³. Tivemos a super sorte e oportunidade de ter contato com ela, como nossa Professora, na formação transversal em saberes tradicionais, aqui na UFMG. Ao falarmos disso utilizamos as técnicas e as tecnologias, e as nossas perguntas de base para tornar possível essa disponibilidade de conhecimento e de informação. Quando começamos esse projeto, algumas delas estavam ainda vivas. Tudo assim com 90, 95, 100 anos, então ao longo do processo de produção desse material alguns deles faleceram e o registro que nós fizemos é o único existente sobre aquele mestre, aquela mestra.

É uma responsabilidade muito grande a organização da informação, porque estamos dando a possibilidade de outras pessoas terem contato com certos saberes, que, caso contrário, correm o risco de cessar naquela pessoa. Sou muito entusiasmada com isso. O que aconselho é buscar possibilidades técnicas, mas não apenas a possibilidade de fazer, de executar bem esse aguçamento da memória que cada projeto tem, como podemos fazer isso, e de que maneira vamos fazer essa história ser bem contada, despertar interesse das pessoas nessas narrativas ou nesses sujeitos ou nestas questões que estão colocando em evidência.

Ao falar de organização da informação, falamos em organizar percursos possíveis. Esses percursos possíveis precisam ter esse compromisso nosso,

3 VALDINA, Makota. *Meu caminhar, meu viver*. Governo da Bahia, 2015.

esse comprometimento em desconfiar da técnica, da tecnologia, propondo outros caminhos. A última coisa boa que a gente conseguiu com essa organização da informação foi que conseguimos produzir e propor uma resolução para que a Universidade reconheça, por notório saber, mestres e mestras do saber tradicional, mestres que tiveram um percurso de conhecimento que não passa necessariamente pela Universidade. Isso só foi possível porque organizamos o olhar da Universidade, para então organizar a informação e organizar os olhares.

Hoje eu estava numa reunião com umas mulheres quilombolas maravilhosas que vamos dar um curso e elas falaram assim: "que a gente tem que fazer o papel, falar sobre nossas lutas". Achei lindo isso! Fazer o papel, falar sobre nossas lutas, e depois elas falaram que não dá mais que a nossa história seja contada pela dor, podemos contar nossa história de outras maneiras.

Uma história que achei muito legal foi a Makota do Kidoyalê, que falou assim: "se eu posso ir direto à fonte, para que eu vou receber água na caneca?", eu achei tão sensacional! A provocação é essa. Se vocês podem construir essa articulação direto nas fontes que vocês acessam, por que vocês vão falar fulano disse? Fulano falou, segundo fulano. Que "esse segundo fulano" sejam os nossos. A provocação que eu gostaria de trazer aqui é essa, desnaturalizar as formas de produzir conhecimento até aqui e fazer de forma diferente. Não é fazer de forma diferente e carimbar a propriedade na sequência. Exige da gente também uma nova posição epistemológica, acho que é um pouco isso que se espera com esse curso, e eu vou ficar muito feliz de ver o resultado dos projetos. É isso gente!

REFERÊNCIAS:

- CANTANDO e contando a história do samba. URL: <http://cantandoahistoriadosamba.com.br/>
- NOBLE, Safiya Umoja. Algorithms of oppression: how search engines reinforce racism. New York: New York University Press, 2018.
- MOURA, Maria Aparecida et al. Sabença. Belo Horizonte: PROEX-UFMG, 2018.
- SANTOS, Maria Stella de Azevedo, PEIXOTO, Graziela Domini. O que as folhas cantam (para quem canta folha). Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI), 2014.